

PT admite que sem assinatura de ACM a CPI exclusiva do Senado não sairá

Correntes da oposição acham melhor esquecer o assunto e atacar outros

Diana Fernandes
e Vanice Cioccarl

● BRASÍLIA e SÃO PAULO. A tentativa do PT de criar a CPI da Corrupção só no Senado deverá ser inviabilizada pelo PFL baiano e também pela falta de consenso da oposição. Antonio Carlos Magalhães repetiu ontem que não apoiará a proposta da oposição, que quer cassar o seu mandato. O articulador da CPI, o líder José Eduardo Dutra (PT-SE), já admitiu que sem as assinaturas de Antonio Carlos, do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e dos dois senadores carlistas não conseguirá levar adiante a CPI.

Antonio Carlos justificou sua decisão com a ação dos oposicionistas no Conselho de Ética, anunciando que votarão por uma punição disciplinar.

— Os que vão me punir querem minha assinatura para a CPI. Não vão ter — avisou.

— Então não vai sair. Se ele não assinar, os dois da Bahia não assinam e Jader também não. Mesmo que o senador Fernando Bezerra assine, não temos como sair das 26 assinaturas — admitiu Dutra.

A estratégia do PT divide a oposição. O líder do PPS, Paulo Hartung (ES), disse que a oposição já perdeu o jogo para o governo e deve concentrar-se em outras questões.

Marcha contra corrupção será antecipada

A oposição fará hoje uma reunião para buscar consenso. Mas o PT já decidiu antecipar para 27 de junho a marcha para Brasília pelo fim da corrupção, prevista para agosto. Ontem, começou a ser veiculada em Minas Gerais a campanha Xô Corrupção, criada para o PT pelo publicitário Duda Mendonça.

— A CPI não pararia o país. O país está parado pelas denúncias de corrupção feitas pelos próprios aliados e pela imprensa. O governo é que está parado e se comprometeu com o fisiologismo para abafar a CPI — afirmou o presidente em exercício do PT, deputado José Genoíno (SP).

Esta semana, o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA), e os deputados João Paulo Cunha (PT-SP) e Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) devem ingressar no Supremo Tribunal Federal com representação por crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Henrique por uso irregular de verba do Orçamento. ■